

MANIFESTO EM DEFESA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), por meio de sua Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade e de sua Assessoria de Relações Étnico-Raciais, vem a público manifestar profunda preocupação com o quadro de desmonte das políticas de ações afirmativas em curso no Brasil. Ainda que a PORTARIA Nº 545, DE 16 DE JUNHO DE 2020 tenha sido revogada pela PORTARIA Nº 539, DE 22 DE JUNHO DE 2020.

Para os cursos de Pós-Graduação no IFRS temos a Resolução nº 030/2015, atualizada pela Resolução nº 104/2019 do Conselho Superior do IFRS e ratificamos o compromisso com as políticas específicas de ações afirmativas, que institui reservas de vagas suplementares ou de outra modalidade.

Reafirmamos o compromisso das políticas específicas de ações afirmativas no IFRS, mantendo a instituição de reservas de vagas suplementares ou de outra modalidade para os cursos de Pós-Graduação, conforme previsto na Resolução nº 030/2015, atualizada pela Resolução nº 104/2019 do Conselho Superior do IFRS.

Entendemos que as ações afirmativas contribuem para a democratização e a produção do conhecimento, enriquecendo o debate epistemológico e o cenário científico do Brasil, além de incidir na diminuição das desigualdades sociais refletidas na configuração do corpo discente, das instituições públicas e privadas do país.

Sendo o IFRS uma instituição de formação profissionalizante, não temos dúvidas que as ações afirmativas oportunizam o acesso do indivíduo a importantes formas de conhecimento e ao mercado de trabalho – elementos indispensáveis para a emancipação dos sujeitos e, conseqüentemente, para o efetivo gozo de outros direitos fundamentais.

Em um momento de aprofundamento das desigualdades, pelo recrudescimento do racismo sobre grupos negros e indígenas, bem como da LGBTQI+fobia e das violências perpetradas contra as mulheres, não temos dúvidas que nossa democracia está fragilizada, para além das dificuldades encontradas no enfrentamento da pandemia da Covid-19.

De maneira coletiva, as Assessorias e os Núcleos do IFRS vêm a público se posicionar contrários a qualquer medida que venha acometer às políticas de ações afirmativas, como um retrocesso aos avanços de princípios democráticos em curso.

Por fim, reafirmamos nosso compromisso com a manutenção e aperfeiçoamento das políticas de acesso afirmativo e permanência, em todos os níveis de educação.

Bento Gonçalves, 23 de junho de 2020.

